

# ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

## Uma proposta para o município de Concórdia/SC

**SCHOOL ARCHITECTURE AND  
COUNTRYSIDE EDUCATION**  
*A proposal for the city  
of Concórdia/SC*

**Gabriela Maria Fazzioni<sup>1</sup> e Nébora Lazzarotto Modler<sup>2</sup>**

### Resumo

A proposta de ensino designada como Educação do Campo, surgiu a partir de um contexto de reivindicação social, a fim de elaborar uma educação mais justa aos povos camponeses, que respeite e esteja sintonizada com seu modo de vida, sua cultura e o trabalho. A partir desse cenário e buscando a aplicação dessas premissas na arquitetura escolar, o artigo apresenta os fundamentos, as diretrizes e o projeto arquitetônico de uma escola do campo no município de Concórdia/SC, desenvolvido como Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS.

Palavras-chave: projeto arquitetônico, arquitetura escolar, escola do campo.

### Abstract

*The teaching proposal designated as Countryside Education emerged from a context of social demand, in order to develop a fairer education for peasant peoples, which respects and is suited for their way of life, culture and work. From that scenario and seeking the application of those premises in school architecture, the article presents the fundamentals, guidelines and the architectural project of a country school in the city of Concórdia/SC, developed as a Graduation Final Work of the Course of Architecture and Urbanism of the Federal University of Fronteira Sul, Campus Erechim/RS.*

*Keywords: architectural project, school architecture, country school.*

### Introdução

O acesso à educação para as comunidades do campo no Brasil é historicamente excludente, marcado por desigualdades, escassez de recursos e por processos que desqualificam as práticas, a cultura e os conhecimentos locais. A partir das lutas sociais pela superação desse estigma, surgiu a Educação do Campo, que visa a construção de uma proposta de ensino que respeite a realidade local e social dos povos que vivem neste meio, promovendo a educação como um elemento de pertencimento e fortalecimento cultural (SANCEVERINO; MOHR, 2016).

Nesse sentido, os espaços escolares do campo precisam ser concebidos em sintonia com essas premissas e com base nas especificidades do local em que se insere, tendo em vista que a qualidade do ambiente escolar pode contribuir significativamente para os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Isto posto, este artigo discute a arquitetura escolar a partir da reflexão teórica da proposta de Educação do Campo, através do desenvolvimento de um projeto arquitetônico para uma escola pública de ensino fundamental localizada no interior do município de Concórdia/SC. O projeto visou a melhoria e ampliação das instalações existentes e o alinhamento dos espaços à proposta da Educação do Campo, a fim de elaborar ambientes qualificados, que colaborem na valorização da vida no campo e fortaleça vínculos de pertencimento entre crianças, jovens, escola, família e comunidade.

Os resultados apresentados neste artigo foram obtidos através do desenvolvimento de um Trabalho Final de Graduação (TFG) em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no ano de 2019. O trabalho é organizado em cinco seções. Na primeira – *Problemática e fundamentação* – são abordados os conceitos e desafios do tema, que embasaram a proposta de TFG. Em seguida, na segunda seção – *Estratégias metodológicas* – são expostas as metodologias aplicadas na elaboração da pesquisa e do projeto arquitetônico. Na terceira seção – *Contextualização* – a temática é abordada a partir do contexto do município de Concórdia, SC. Na quarta seção – *O recorte de intervenção e as condicionantes projetuais* – são feitas análises aproximadas da área de estudos e, na seção seguinte – *A proposta de projeto* – apresentam-se as diretrizes e os resultados do projeto arquitetônico. Por fim, são apresentadas as *Considerações Finais* emergentes das discussões e resultados expostos ao longo do artigo.

### Problemática e fundamentação: a educação *no e do* campo

A educação para as áreas rurais no Brasil, desde a sua criação, carece com a escassez de políticas públicas específicas aos contextos dos povos que vivem no campo, ao mesmo tempo em que os currículos e práticas implantadas para o ensino foram submetidos a um modelo curricular urbano e desconexo à realidade local (MACHADO, 2017).

Essa ausência de condições e amparo para as comunidades rurais, segundo Soares (2001, p. 03 *apud* VENDRAME, 2007, p. 93), relacionam-se a “[...] resquílios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária, apoiada no latifúndio e no trabalho escravo”, o que gera consequências diretas às políticas educacionais.

<sup>1</sup> Arquiteta e urbanista graduada em 2019 pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS. E-mail: gabi.fazzioni@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020) e Professora Adjunta do Magistério Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS. E-mail: nebora.modler@uffs.edu.br

As primeiras ações direcionadas à educação para as áreas rurais surgiram com a Constituição Brasileira de 1934 e, atualmente, são denominadas *Ruralismo Pedagógico*. Para Mohr (2018, p. 87), esse movimento, de maneira geral, “[...] era composto por ideias e ações que tinham como principal finalidade aumentar a produção agrícola, além de conter os movimentos migratórios campo-cidade que já estavam tomando força nesta época”.

Nos anos subsequentes, esse movimento foi associado a políticas de industrialização e modernização dos processos produtivos e formativos, que direcionaram a educação a uma pedagogia tecnicista e equalizadora, voltada a valorização das áreas tecnológicas e a aprendizagem individual (SANCEVERINO; MOHR, 2016). Esse modelo baseado na indústria e no desenvolvimento econômico, para Machado (2017), não considerava os processos locais, de maneira que o meio rural continuou a ser reconhecido como um espaço atrasado, inferior e homogêneo.

A partir da década de 1980, houve uma grande articulação dos movimentos populares em busca de um modelo de educação mais democrático, sintonizado à cultura, aos direitos sociais e às necessidades específicas dos diversos povos camponeses. É nesse contexto que surge a proposta da Educação do Campo, que busca promover um ensino básico e público aos povos camponeses, sustentado através do paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural (BRASIL, 2007). Almeja-se, desta maneira, que a escola seja um “instrumento que possibilite um autêntico Projeto de Sociedade, onde a educação seja compreendida e concretizada na dimensão transformadora” (QUEIROZ, 2011, p. 46).

Ainda que muito tenha sido conquistado a partir de então, consolidar o acesso à educação básica<sup>3</sup> para os povos camponeses no Brasil é um grande desafio. Oliveira e Campos (2012), no livro *Dicionário da Educação do Campo*, citam que um dos principais desses desafios é, de fato, ofertar a educação básica, através da ampliação do ensino para educação infantil, ensino fundamental e médio, já que são mais difundidas nesses locais as escolas de ensino fundamental séries iniciais, no formato multisseriado<sup>4</sup>.

Outro ponto fundamental apontado por Oliveira e Campos (2012) está na luta contra o fechamento das escolas, que ocorre como consequência das políticas de nucleação escolar, isto é, estratégias de centralização da educação em núcleos maiores de ensino, muitas vezes localizados em áreas urbanas, movimento esse viabilizado através dos programas de transporte escolar. Para as autoras, o deslocamento dos alunos no sentido campo-cidade, nega a eles a oportunidade de aprender e pensar o mundo no local onde vivem e a partir de sua realidade. Ainda, elas consideram que estas políticas são umas das principais responsáveis pelas dificuldades de inclusão e permanência dos jovens do campo nas escolas.

Mohr (2018) discorre sobre as consequências dessa situação:

O argumento principal para os processos de nucleação escolar tiveram justificativa em argumentos de ordem financeira, mas, muitas vezes, outros custos sociais não são colocados em questão, tais

como os riscos de acidentes e a precariedade no transporte escolar; o desgaste físico e mental das crianças que precisam se locomover; a maior incidência de situações de violência em salas com muitos alunos; dentre outros (MOHR, 2018, p. 153-154).

Para Kramer (2007), o fechamento dessas instituições também gera impactos para a comunidade em que se insere. Isso porque o estigma de abandono e isolamento do local é reforçado e a comunidade sofre um abalo em suas referências, sente-se enfraquecida, desvalorizada e impotente.

A autora argumenta que a instituição escolar, para além de seu inquestionável valor educativo na formação humana e social, gera vínculos e valores históricos no local onde se insere. Para uma comunidade rural, ela apresenta-se como irradiadora de atividades sociais e culturais que promovem uma articulação comunitária, além de, muitas vezes, constituir-se como o único equipamento público de representatividade governamental no local (KRAMER, 2007).

Nesse sentido, entende-se que a presença das escolas associadas à efetivação da Educação do Campo nas áreas rurais é fundamental para a sustentabilidade social, dado que a instituição oportuniza o acesso à educação e à cultura, além de reforçar o sentimento de comunidade. Seus conteúdos contextualizados facilitam a inserção do jovem na estrutura do trabalho existente, além de abrir possibilidades de atingir uma maior qualidade de vida neste meio.

O entendimento desse contexto, a compreensão da importância da escola nos locais, nos mais diversos aspectos, bem como os conceitos que orientam a educação do campo, são partes fundamentais na discussão e na elaboração de espaços escolares nesse meio historicamente negligenciado.

Pelo exposto, compreende-se que a Educação do Campo é um conceito em construção, fruto da luta social e que visa a elaboração de políticas públicas que garantam o direito a uma educação que seja *no* e *do* campo. *No campo*, pelo direito de ser educado no lugar onde vive; e *do campo*, por uma educação pensada para o contexto de seu povo e com a sua participação, de maneira a vincular-se à cultura e às necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002).

Retomar o conceito de *campo* ao invés de rural, reforça essa mudança de paradigma.

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não mais a usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir [...] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho do meio rural (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26).

Isso posto, pretende-se superar a relação hierárquica entre cidade e campo, de forma que ambos passem a ser vistos como complementares e com igualdade de valor. Ainda assim, é considerada e respeitada a existência dos diferentes tempos e modos de ser, viver, produzir e de relacionar-se com o ambiente, de maneira a possibilitar a

<sup>3</sup> Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a educação básica compreende as seguintes etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Seu acesso gratuito é direito de todo cidadão, sendo obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (BRASIL, 1996).

<sup>4</sup> Classes multisseriadas são aquelas em que o professor atende, simultaneamente e na mesma sala, a mais de uma série do ensino fundamental.

flexibilização dos modelos de organização da educação e da escola (BRASIL, 2007)<sup>5</sup>.

Essa premissa de garantir os processos didáticos localmente significados, têm papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do país, pois colabora com um processo mais justo, diverso e sustentável em vários aspectos, sejam estes ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural (BRASIL, 2007).

Segundo Molina e Sá (2012) as estratégias pedagógicas utilizadas nestas escolas deveriam ser capazes de superar os limites da sala de aula, de forma que os espaços de aprendizagem permitam a apreensão dos conteúdos aliando teoria, prática e trabalho. Além disso, deveriam incentivar a realização de atividades e estudos coletivos, superando o individualismo na construção do conhecimento. Ainda, para as autoras, é imprescindível que seja garantida a articulação entre escola e comunidade, democratizando o acesso ao conhecimento e gerando espaços coletivos de decisão, colaboração e aprendizagem, de forma que a comunidade seja ativa e vivencie os espaços escolares.

A arquitetura escolar, desta maneira, deverá ser sensível a estas demandas pedagógicas e sociais, conforme afirma Kowaltowski:

O edifício escolar deve ser analisado como resultado da expressão cultural de uma comunidade, por refletir e expressar aspectos que vão além da sua materialidade. Assim, a discussão sobre a escola ideal não se restringe a um único aspecto, seja de ordem arquitetônica, pedagógica ou social: torna-se necessária uma abordagem multidisciplinar, que inclua o aluno, o professor, a área de conhecimento, as teorias pedagógicas, a organização de grupos, o material de apoio e a escola como instituição e lugar (KOWALTOWSKI, 2011, p. 11).

Assim, discutir a concepção da escola do/no campo também inclui os aspectos de inserção do equipamento na paisagem, integração dos ambientes internos, externos, áreas produtivas e naturais, elaboração de espaços democráticos e dinâmicos para a comunidade, dentre outros fatores, que tornarão a escola capaz de acompanhar as necessidades da Educação do Campo, potencializando os processos internos e seu papel social.

### Estratégias metodológicas

Para o desenvolvimento do TFG apresentado neste artigo, foi utilizada uma pesquisa qualitativa, estruturada a partir de estratégias metodológicas distintas. A pesquisa bibliográfica e a análise de projetos correlatos foram desenvolvidas ao longo de todo o processo, dando suporte ao trabalho nas diversas fases de seu desenvolvimento.

<sup>5</sup> No que diz respeito à legislação brasileira, segundo exposto no Caderno 2 da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) do Ministério da Educação (MEC), são consideradas escolas do campo “aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas com o campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas” (BRASIL, 2007, p. 14). Também é estabelecido através do artigo 4º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que: “o projeto institucional das escolas do campo [...] constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável” (BRASIL, 2002, p. 1).

Essas ações embasaram a compreensão do tema e a fundamentação dos princípios que orientaram as diretrizes de decisões projetuais.

Visitas a campo foram desenvolvidas a fim de compreender o contexto da temática no recorte de inserção do trabalho, delimitar a área de intervenção e analisar suas características socioespaciais. Após a definição da escola a ser estudada, foram realizadas entrevistas não estruturadas com gestores da educação e com a direção da escola, bem como levantamento fotográfico e arquitetônico da edificação pré-existente e de seu entorno.

Assim, com base no diagnóstico do lugar de inserção e na fundamentação teórica, foram definidos o programa arquitetônico e as diretrizes de projeto que culminaram na concepção arquitetônica final apresentada neste artigo.

### Contextualização: o município de Concórdia e a Educação do/no Campo

Concórdia é um município de, aproximadamente, 70 mil habitantes, localizado na região oeste de Santa Catarina (IBGE, 2010), que teve sua ocupação territorial baseada no minifúndio e na agricultura familiar (MELLO; SCHMIDT, 2003).

Embora, atualmente, a maior parte de sua população reside na área urbana (IBGE, 2010), o município possui uma extensa área rural e uma produção econômica diretamente relacionada a ela, através da agricultura, pecuária e, principalmente, pelo sistema de integração<sup>6</sup> da agricultura familiar com as agroindústrias (CONCÓRDIA, 2019).

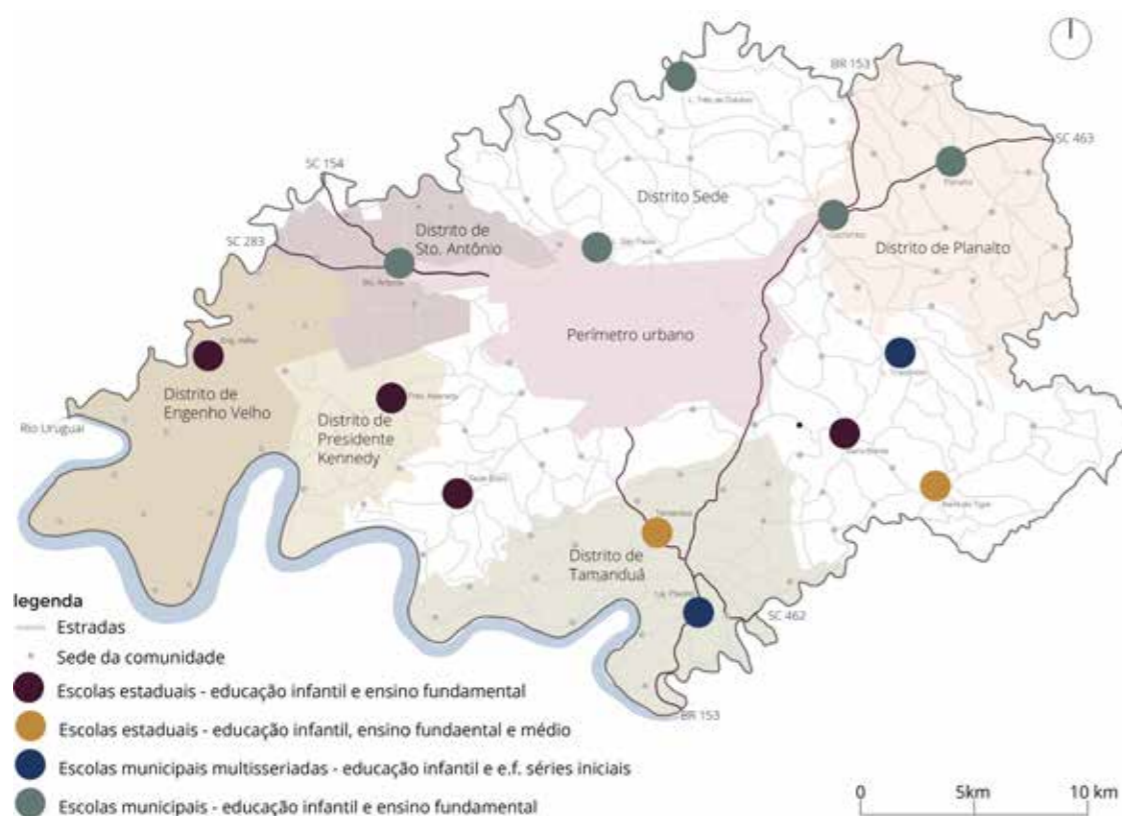
Zotti e Schwingel (2017) explicam que escolas rurais multisseriadas no município, criadas, em sua maioria, a partir de 1950, foram durante anos as principais referências na educação para as áreas rurais de Concórdia, local que concentrava o maior contingente populacional do município até 1980. O fenômeno de migração campocidade associada à intensa política nucleação escolar do estado de Santa Catarina, resultou no fechamento de grande parte dessas escolas, principalmente a partir dos anos 1990. Segundo dados informados pela Secretaria de Educação do município, apenas duas Escolas Municipais do Campo (EMC)<sup>7</sup> permaneciam em funcionamento no ano de 2019.

Em um levantamento elaborado a partir das entrevistas feitas com gestores das secretarias estadual e municipal de educação, foram mapeadas onze instituições escolares ativas (Figura 1) e classificadas como do campo (segundo classificação do MEC), dentre a rede municipal e estadual de ensino. Através desse levantamento, verificou-se que há uma carência de oferta de ensino médio nessas áreas, de maneira que a maioria dos alunos necessita deslocar-se a escolas urbanas para concluir essa etapa do ensino.

<sup>6</sup> A produção no sistema de integração, consiste no fornecimento de matéria prima pelos produtores rurais a agroindústria, que, em contrapartida, fornecem ao agricultor insumos e tecnologia para a produção (MACHADO *et al.*, 2015).

<sup>7</sup> Segundo a Secretaria Municipal de Educação, “as Escolas Municipais do Campo – EMC, são todas àquelas situadas em comunidades da zona rural e que são multisseriadas, ou seja, atendem os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental numa mesma turma” (CONCÓRDIA, 2016, p. 17).





Também através deste levantamento e das entrevistas realizadas, verificou-se que existem algumas iniciativas pontuais por parte dessas escolas na busca de uma aproximação com os princípios da Educação do Campo. Uma destas instituições foi escolhida como objeto de estudos deste trabalho<sup>8</sup>, devido à grande aproximação da unidade com o tema e pela proposta de aproveitamento e potencialização dos espaços de ensino já consolidados no município.

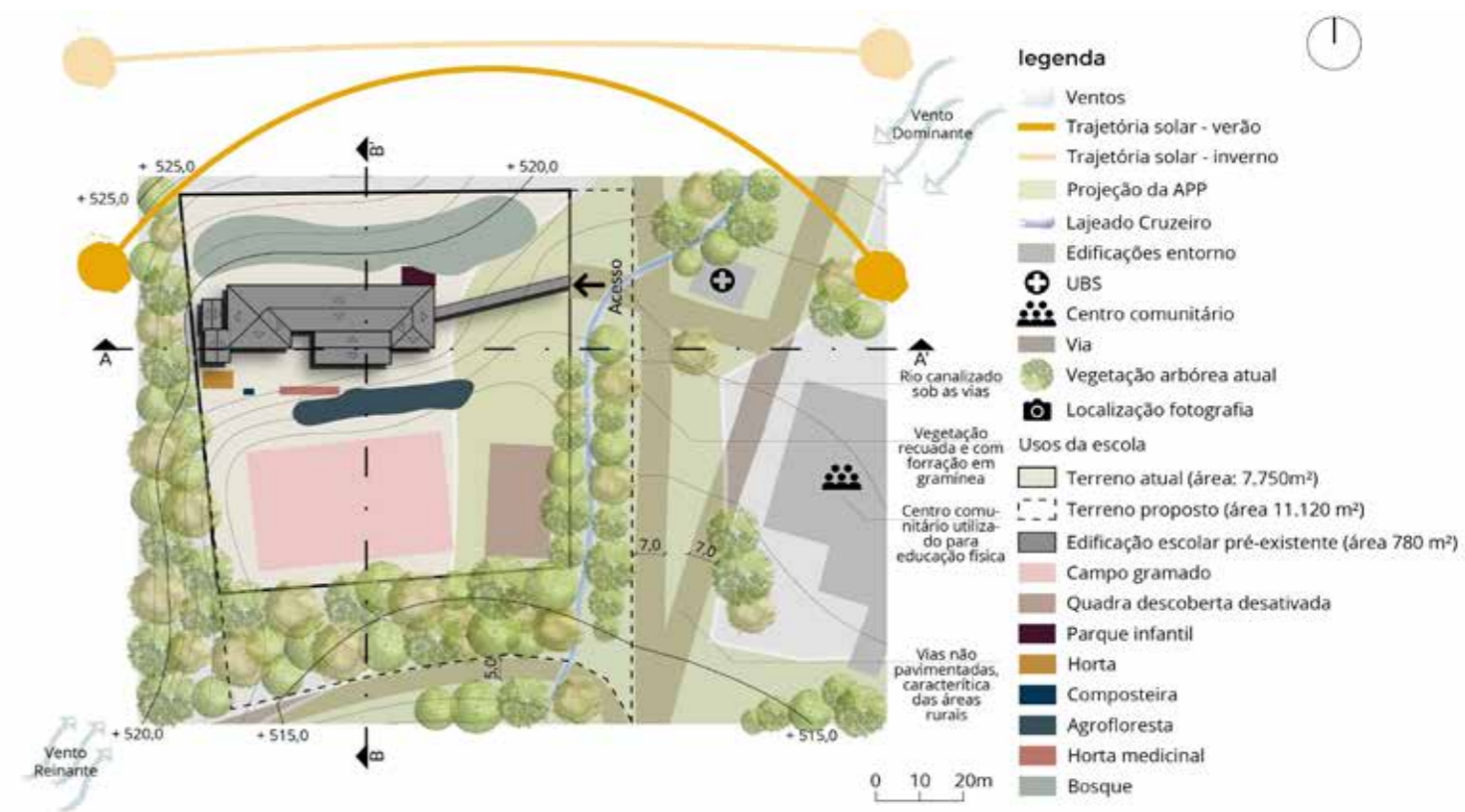
### O recorte de intervenção e as condicionantes projetuais

A escola em estudo está localizada na área rural do município a, aproximadamente, 12km do centro da cidade, e está compreendida na zona de amortecimento do Parque Estadual Fritz Plaumann<sup>9</sup>.

Atualmente, a escola atende em período regular e contempla a educação infantil, através da pré-escola (ligada à rede municipal) e o ensino fundamental (da rede estadual), com o atendimento de alunos oriundos da própria comunidade e de comunidades vizinhas. Segundo a direção, o número de turmas varia anualmente. Isso porque, de acordo com o número de matrículas, são realizados alguns agrupamentos em classes multisseriadas.

Com relação à proposta pedagógica, conforme informado pela direção da escola, projetos interdisciplinares e em parceria com outras instituições são desenvolvidos, com o intuito de dinamizar a aprendizagem dos conteúdos e conectá-los com o contexto da prática familiar e ao desenvolvimento sustentável.

<sup>8</sup> As autoras optaram por manter em anonimato o nome da instituição e a localidade em que se insere.  
<sup>9</sup> O parque é uma Unidade de Conservação de proteção ambiental destinada à proteção da natureza, à pesquisa científica, à educação ambiental e ao turismo ecológico. Foi fundado em 2003 como medida de compensação ambiental pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá, SC (ECOPEF, 2019).



Quanto à inserção, conforme representado na Figura 2, a escola (edificação pré-existente) está localizada em uma região que concentra outros equipamentos que atendem à comunidade local, quais sejam: igreja, posto de saúde e centro comunitário.

Uma das características mais marcantes do local está em sua paisagem, com visuais para as áreas produtivas e naturais, numa conformação de planalto. A integração com os elementos naturais é reforçada pela presença do Lajeado Cruzeiro, que margeia a via de acesso à escola e conforma uma Área de Preservação Permanente (APP) na parte frontal do terreno.

A edificação escolar existente possui uma área total construída de 680m<sup>2</sup>, não conta com instalações acessíveis para pessoas em cadeira de rodas e não possui quadra de esportes coberta, de maneira que as atividades de educação física são realizadas no Centro Comunitário da comunidade.

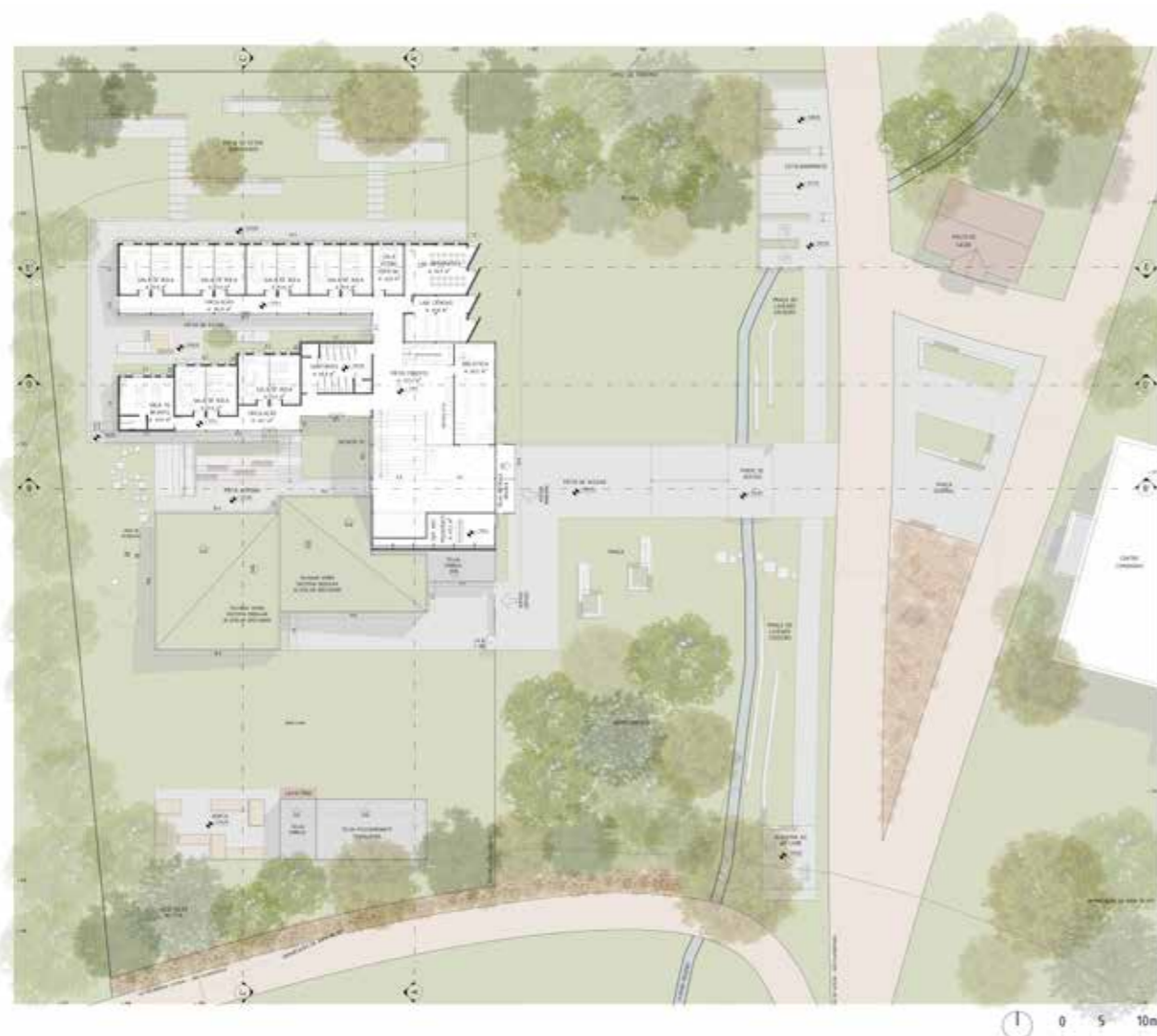
### A proposta de projeto

A partir da análise dos dados levantados durante a pesquisa, foram desenvolvidas algumas diretrizes que conduziram à elaboração do projeto arquitetônico em todas as suas etapas.

Uma dessas diretrizes está na integração da escola com a comunidade, para ampliar a apropriação do espaço como um equipamento público que forneça áreas de lazer e encontro para uso da escola e da comunidade, de maneira a reforçar sua relação e incentivar sua apropriação. A partir deste viés, também está a proposta de qualificação dos espaços de uso comunitário existentes e novos, bem como em viabilizar a valorização dos espaços naturais, principalmente em relação à integração com o Lajeado Cruzeiro e com sua área de APP.



Figura 3 – implantação com planta do segundo pavimento. No bloco mais a norte, está englobada a edificação pré-existente no local. Fonte: FAZZIONI, 2019.



Outra importante diretriz consiste na promoção de espaços de aprendizagem diversificados, internos e externos, que qualifiquem a aprendizagem com base no trabalho, na ciência e na cultura. Tal como, em potencializar a relação do edifício com as áreas externas, integrando-as visualmente e fisicamente, a fim de tornar esses locais parte da experiência de ensino-aprendizagem.

Na elaboração do programa de arquitetura, desta maneira, foram incluídos espaços de uso múltiplo coletivo, internos e externos, que podem atender a demandas variadas da escola e da comunidade. Os laboratórios e espaços de experimentações externas foram elaborados de maneira que possam ser utilizados em aulas regulares ou em oficinas públicas.

O programa foi proposto considerando a ampliação da oferta de educação também ao ensino médio, devido à limitada presença dessa modalidade no campo do município, como mencionado anteriormente, evitando assim o deslocamento campo-cidade para conclusão da educação básica.

A implantação buscou incorporar grande parte da edificação existente ao projeto, adequando a configuração de seus espaços para os usos das novas estratégias programáticas propostas. A partir da locação dessa edificação pré-existente e tomando partido do relevo acidentado do terreno, o projeto foi implantado em dois níveis principais. No nível mais baixo da edificação, está o acesso da escola, bem como as

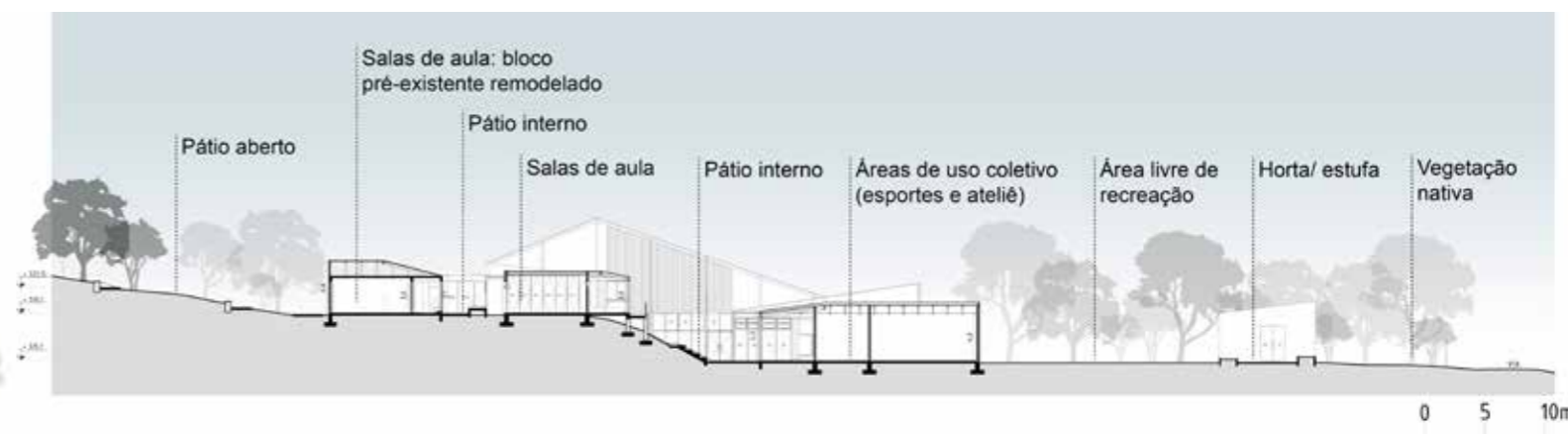


Figura 4 – Corte transversal que evidencia a relação entre níveis e entre os espaços internos e externos. Fonte: FAZZIONI, 2019.  
Figura 5 – Vista geral a partir do pátio de acesso à edificação. Fonte: FAZZIONI, 2019.

áreas de usos comuns. Já no nível mais alto, estão as salas de aula, laboratórios e espaços de estudos, dispostos linearmente a fim de otimizar a insolação destes locais (Figura 3).

A apropriação do desnível existente também é reforçada pela valorização e apropriação do espaço de circulação vertical, que se desdobra através de ambientes internos e externos de convivência, que podem atender demandas de uso cotidiano e de eventos da comunidade escolar, bem como abrigar espaço para brincadeiras e recreação (Figura 4).

No que diz respeito à proposta volumétrica, houve uma grande preocupação quanto à escala e a inserção do objeto arquitetônico na paisagem do campo. Para tanto, foi priorizada uma linguagem em sintonia com a arquitetura local, através de uma releitura de seus elementos e pelo emprego de materiais locais, quais sejam: alvenaria aparente, utilizada nas demais edificações públicas da comunidade; a madeira, presente na arquitetura residencial do município; e a pedra natural, também empregada nas bases e muros de taipa das edificações da região (Figura 5).

Ainda quanto à implantação da escola, são respeitados os limites da Área de Preservação Permanente (APP) presente no terreno, de maneira que apenas atividades de baixo impacto ambiental e de interesse social são dispostos, em conformidade com



Figura 6 – Perspectiva de uma das áreas externas de uso comunitário, a partir de um ponto de interação com o Lajeado Cruzeiro. Fonte: FAZZIONI, 2019. Figura 7 – Vistas de algumas áreas abertas e de experimentação da escola. Fonte: FAZZIONI, 2019.



a legislação brasileira vigente<sup>10</sup>.

Espaços públicos de lazer foram implantados na área central da comunidade e nas bordas do terreno, através da criação de uma praça que marca o acesso à comunidade e faz a costura entre os equipamentos públicos ali existentes. Nas margens do Lajeado Cruzeiro também foram propostas algumas áreas de uso comum de lazer e contemplação, a fim de criar uma aproximação e valorização do local através do uso, incentivando assim sua conservação (Figura 6).

A conexão entre áreas internas e externas permeia a edificação de formas distintas. Uma delas está na configuração de pequenos pátios internos, que possibilitam apropriações e tipos de usos diversos. Assim, pátios, áreas livres e de experimentação externas possibilitam a construção de espaços colaborativos, que ultrapassam os limites da sala de aula e tornam o aprendizado um processo mais dinâmico (Figura 7).

A concepção dos ambientes das salas de aulas, por sua vez, foi proposta a partir de um *layout* flexível, a fim de adequar o espaço ao número de alunos, o qual tende a ser

<sup>10</sup> Segundo a legislação brasileira vigente, a Área de Preservação Permanente em questão pode ser classificada como *área rural consolidada*. Nesses casos, há permissões de usos restritos de interesse social, através da implantação de infraestrutura pública para atender demandas relacionadas ao lazer, esportes, atividades educacionais e culturais ao ar livre, bem como de práticas agroflorestais desde que não descaracterizem a cobertura vegetal existente e não prejudiquem sua função ambiental (BRASIL, 2012).

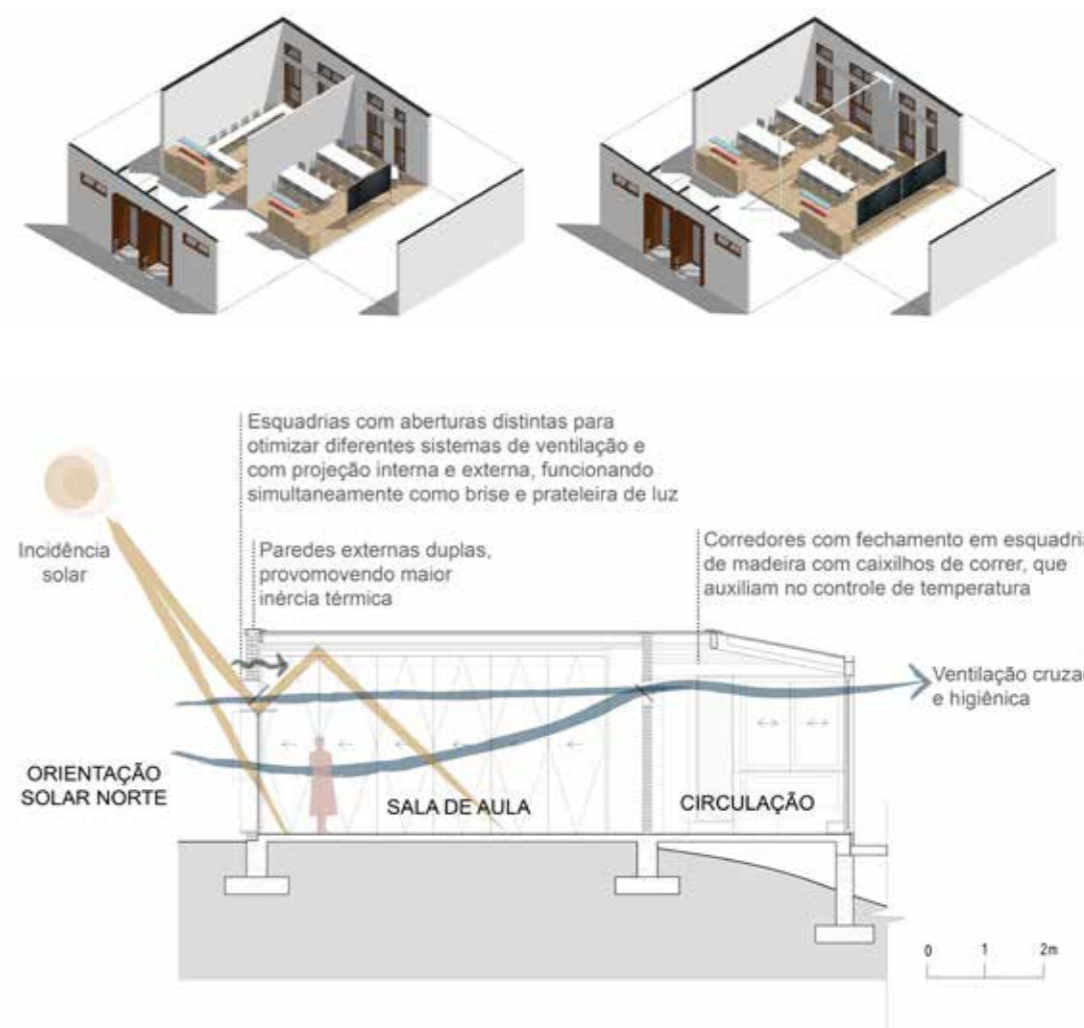


Figura 8 – Esquema de layout das salas de aula. Fonte: FAZZIONI, 2019. Figura 9 – Corte esquemático da sala de aula. Fonte: FAZZIONI, 2019.

variável, devido ao agrupamento em classes multisseriadas. Isso é proposto através de um ambiente de maior dimensão, subdividido por divisórias acústicas articuladas e retráteis, possibilitando a integração ou separação entre turmas, conforme Figura 8.

Além disso, as salas de aula, por constituírem espaços de permanência prolongada dos alunos, contam com soluções que priorizam a iluminação, insolação e ventilação natural. Tais ambientes são orientados para o norte e possuem soluções de ventilação cruzada e higiênica, bem como a estratégia da *prateleira de luz*, definida por Lamberts *et al.* (2012), que proporciona a ampliação da luz natural para o interior do ambiente (Figura 9).

Por ser uma região caracterizada por larga amplitude térmica ao longo das estações do ano<sup>11</sup>, com baixas temperaturas no inverno e verões quentes, propôs-se o fechamento dos corredores com esquadrias de madeira com caixilhos de correr<sup>12</sup>, a fim de retardar a perda de calor, mas também possibilitar a ventilação quando necessário. Também considerando a ocupação do edifício nos períodos frios, nestes espaços também foram propostos mobiliários que criassem áreas de convívio internas, conforme Figura 10.

<sup>11</sup> A região de estudo localiza-se na zona bioclimática 2, conforme classificação da NBR 15220 (ABNT, 2005).

<sup>12</sup> As esquadrias propostas possibilitam aberturas de ventilação que variam entre 50% e 66,6% dos vãos.





### Considerações finais

Este artigo apresentou os fundamentos justificadores e o projeto de arquitetura de uma escola de Educação do Campo no município de Concórdia/SC, desenvolvido como Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS.

A contextualização abordou a temática da educação do campo, seus principais objetivos e sua importância na promoção de uma educação mais justa e alinhada com as necessidades das comunidades camponesas. Bem como, foram abordadas as dificuldades históricas e os desafios para a consolidação dessas políticas públicas em nosso país.

A compreensão e análise desses conceitos fundamentaram o desenvolvimento do projeto arquitetônico apresentado neste artigo, o qual buscou a elaboração de espaços escolares qualificados para a educação do campo, adequados a paisagem e irradiadores de atividades culturais e sociais, através dos quais sejam criados vínculos de pertencimento entre escola, família e comunidade. Ao longo do trabalho, foram utilizados instrumentos metodológicos diversos, que possibilitaram a compreensão e aproximação com o tema.

Através deste estudo, foi possível verificar a necessidade de direcionar o olhar da arquitetura a comunidades camponesas, tanto através da discussão dos espaços escolares quanto para o desenvolvimento de outros equipamentos e para planejamento da paisagem local.

Vale ressaltar ainda que os espaços escolares do campo é um tema bastante abrangente, visto que também pode ser desenvolvido a partir de outros pontos de vista, seja envolvendo outros povos, tais como quilombolas, indígenas, pescadores e outras populações que têm no campo sua vida e trabalho, como também a partir de diferentes estratégias educacionais, como a pedagogia da alternância.

### Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15220-3: Desempenho térmico de edificações – Parte 3: zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social*. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1/2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 19 maio 2019.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. *Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *CADERNO SECAD 2 - Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília: MEC/SECAD, 2007. Disponível em: <http://red-ler.org/educacaocampo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). *Educação do campo: Identidade e políticas públicas*. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25. E-book. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf/view>. Acesso em: 14 maio 2019.

CONCÓRDIA. *Características*. Disponível em: <https://concordia.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/2017>. Acesso em: 01 maio 2019.

CONCÓRDIA. Secretaria Municipal de Educação. *Sistematização curricular da rede municipal de Educação de Concórdia*. Concórdia: 2016. Disponível em: <https://concordia.atende.net/atende>.

ECOPEF. *Quem somos*. 2019. Disponível em: <http://parquefritzplaumann.org.br/sobre.php>. Acesso em: 05 jun. 2019.

FAZZIONI, Gabriela Maria. *Cultivando Saberes: uma proposta para a educação do campo em Concórdia, SC*. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim. Erechim, 2019.

IBGE. *Concórdia*. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/concordia>. Acesso em: 01 maio 2019.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Israel J.; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. Volume 1.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K.. *Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

KREMER, Adriana. "Menos uma coisa no lugar": as comunidades rurais e o fechamento de suas escolas. In: *REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 30., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: Anped, 2007. p. 1 - 2. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-3147-int.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. *Eficiência Energética na Arquitetura*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2012. E-book. Disponível em: [http://www.labee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia\\_energetica\\_na\\_arquitetura.pdf](http://www.labee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia_energetica_na_arquitetura.pdf). Acesso em: 16 jan. 2020.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 8., 2017, Curitiba. Anais... [s.l.]: Educere, 2017. p. 18323 - 18331. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113\\_12116.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf). Acesso em: 27 mar. 2019.

MACHADO, Cibeli Borba; LAFFIN, Nathalia Helena Fernandes; MAIORAL, Rafael Franzoni; TEZZA, Rafael; TURNES, Valério Alécio; DIAS, Júlio da Silva. Fatores que Definem as Condições de Trabalho de Avicultores e Suinocultores do Oeste Catarinense. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 317, 3 ago. 2015. Centro Universitário de Maringá. <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9168.2015v8n2p317-332>.

MELLO, Márcio A. de; SCHMIDT, Wilson. *A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense*: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: PAULILO, M.i.s.; SCHMIDT, Wilson. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, 2003. p. 71-98. Disponível em: [http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao\\_tecnico\\_cientifica/DOC\\_1781.pdf](http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_1781.pdf). Acesso em: 01 maio 2019.

MOHR, Naira Estela Roesler. *A educação do campo na perspectiva republicana de nação*: contribuições das políticas de educação do campo em movimento. Orientador: Telmo Marcon. 2018. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Passo, Passo Fundo, 2018.

MOLINA, Mônica C.; SÁ, Lais M.. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 326-333. E-book. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

OLIVEIRA, Lia M. T. de; CAMPOS, Marília. Escola básica do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 239-246. E-book. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SANCEVERINO, Adriana Regina; MOHR, Naira Estela Roesler (Org.). *Campo, Educação e trabalho*: Reflexões pedagógicas em construção. Chapecó: UFFS, 2016.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. *Revista Nera*. Presidente Prudente, v. 18, n. 14, p. 37-46, jan. 2011.

Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1347-3845-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

VENDRAME, Liane Vizzotto. *Educação do campo*: limites e possibilidades da proposta de Concórdia (SC) a partir da concepção de escola unitária de Gramsci. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Núcleo de Políticas Educacionais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=101402](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=101402). Acesso em: 29 mar. 2019.

ZOTTI, Solange Aparecida; SCHWINGEL, Francini Coelli Schneider. Escolas rurais multisseriadas do município de Concórdia: levantamento de fontes documentais e orais. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 8., 2017, Curitiba. Anais... [s.l.]: EDUCARE, 2017. p. 5176-5193. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26016\\_13089.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26016_13089.pdf). Acesso em: 22 mar. 2019.